

Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional – NACI

Atividades: 2010

Plano Brasil 2022- Secretaria de Assuntos Estratégicos

O Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional da PUC-SP acolheu o convite ao meio acadêmico brasileiro, feito pelo Diretor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, para debatermos o Plano Brasil 2022. Seleccionamos como foco a política externa/internacional do Brasil, debatida sob diferentes ângulos no decorrer do presente ano como atividade prioritária.

Convidado pela coordenação do NACI, adotamos como relatório final o texto redigido pelo professor dr. Lúcio Flávio de Almeida, enviado a Brasília, que retomou as questões fundamentais dos debates.

O texto do Plano Brasil 2022, ainda em fase preliminar, apresentado pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, foi considerado muito instigante, política e teoricamente. Da mesma forma que não ignoramos a pluralidade de pressões – e, com elas, a necessidade de negociações – inerentes ao contexto onde atuam os que participam da implementação de políticas de Estado, não descuramos do inegável caráter crítico de nossa atividade acadêmico-científica.

Como o texto é de inspiração marcadamente nacionalista, padece de problemas inerentes a esta posição: 1) atribuir à nação ancestralidade maior do que realmente tem; 2) secundarizar conflitos de interesses internos à sociedade nacional e como eles se articulam e se inserem no contexto internacional, inclusive produzindo impactos sobre a política externa; 3) postular uma identidade unívoca entre povo-nação e Estado.

É provável que estes três aspectos apareçam no início do texto:

No limiar do bicentenário de nossa Independência, quando se inicia a etapa soberana e ativa de construção do Brasil multirracial, multicultural, multifacetado, em que hoje vivemos...

Tal formulação, além de altamente questionável dos pontos de vista historiográfico e político, talvez crie problemas para os objetivos explicitados no conjunto do texto, pois corre o risco de legitimar a escravidão e, com ela, o racismo. Pois, sabemos que o processo de emancipação política, em relação ao Império Português, foi marcado pelo objetivo de manter intocáveis as relações sociais internas, a começar pela manutenção do trabalho escravo, com todas as sequelas que isto produziu em todas as dimensões da sociedade brasileira, inclusive nos dias atuais, inclusive no que se refere à multirracialidade e à multiculturalidade. Que, hoje, se lute para redefini-las, no sentido de uma sociedade mais igualitária, é o que se impõe. Mas isto não deve se confundir com a apologia do modo como se concretizou a emancipação política, no início do século XIX.

O segundo e o terceiro problema talvez produzam forte impacto sobre a o item inicial de Relações Exteriores, quando se afirma:

A política externa deve também explorar ao máximo as oportunidades de desenvolvimento apresentadas pela realidade econômica mundial. Aumentar ainda mais a diversificação dos mercados das exportações brasileiras é objetivo estratégico. Uma tendência crescente no mundo é o fortalecimento do comércio com os países do Sul e das oportunidades de investimentos abertas nesses países.

O suposto de que “as exportações brasileiras” contribuem para o “desenvolvimento”, parece-nos problemático. Já no plano da escolha do que produzir para exportar, expressam-se interesses que podem ser profundamente antipopulares. Na medida em que a exportação desses produtos passa a ser considerada estratégica, legitima-se, por um lado, a canalização, via agências estatais, de recursos para os empresários ligados a estas atividades, nos planos da produção e da exportação. E, por outro lado, corre-se o risco de colocar em plano secundário os elevados custos que esta prioridade representa, a começar, para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras nelas envolvidos diretamente. Em segundo lugar, também para a maioria da sociedade brasileira, no que se relaciona com o problema do interesse nacional. E, nesse caso, cumpre observar que o custo ambiental de certas opções pela atividade exportadora pode ser catastrófico nos próximos 10 anos. Caberia perguntar se, em virtude desta opção estratégica pelo privilégio às exportações, o que passa por um tratamento no mínimo indulgente em relação ao agronegócio, o documento

não faz referências às lutas pela reforma agrária? Este é um dos vários momentos do texto em que cabe a pergunta: qual o lugar dos movimentos sociais neste Brasil “multirracial, multicultural e multifacetado”?

Os inegáveis pontos positivos do texto consistem, principalmente, no conjunto da análise das tendências mundiais nos próximos dez anos e, por outro, no delineamento de metas que apontam para uma política externa menos subordinada aos interesses das grandes potências. No primeiro caso, o ponto alto parece-nos estar na detecção, ao mesmo, tempo, da intensificação do processo de globalização econômica com a maré montante do racismo e da xenofobia. Em geral, o pensamento convencional tende destacar o oposto: o supostamente inevitável vínculo entre “globalização econômica” e relações sociais harmônicas, inclusive no plano internacional.

Embora a detecção de tendências no contexto mundial nos próximos 10 anos esteja muito bem elaborada, ocorre um possível problema fundamental: não levar suficientemente em conta os desdobramentos da atual crise do capitalismo mundial, que não dá sinais de estar próxima de seu encerramento.

O documento elenca um impressionante rol de iniciativas já tomadas. Todavia, mesmo nesse caso, detectamos um possível problema: o aspecto positivo da MINUSTAH parece como auto-evidente, o que está longe de ser o caso. A menos que consideremos como explicação ou, ao menos, uma justificativa, a passagem “Levar a bom termo as operações da MINUSTAH, apoiando a reconstrução, a estabilização política e o desenvolvimento social, institucional e econômico do Haiti.” (Ações). Mas não nos parece fácil diferenciar esse tipo de discurso dos esgrimidos pelos Estados mais poderosos quando procuram justificar suas intervenções político-militares.

Enfim, caberia perguntar se o forte teor nacionalista do documento não contribuiu para uma defasagem entre uma análise altamente objetiva das tendências mundiais nos próximos dez anos, as quais apontam para um contexto, no mínimo, marcado por preocupantes tensões; e, por outro, um delineamento excessivamente otimista da política do Estado brasileiro nesse mesmo período, especialmente (mas não só) no plano da política exterior.

Esse conjunto de críticas não nos exime de elogiar a iniciativa de submeter o texto, já nessa fase de elaboração, à crítica pública, o que se constitui em mais uma das ousadas inovações da atual política externa

NACI

brasileira, em cuja elaboração o papel do atual diretor da SAE tem sido fundamental.

Prof. Dr. Paulo-Edgar Almeida Resende
Coordenador

Profa. Dra. Regina Gadelha
Vice